

DEMOCRACIA EM PERSPECTIVA E A RELAÇÃO COM O CAPITALISMO: DILEMAS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO BRASIL

DEMOCRACY IN PERSPECTIVE AND THE RELATIONSHIP WITH CAPITALISM: DILEMMA OF PARTICIPATORY DEMOCRACY IN BRAZIL

Recebido em: 27/07/2023

Reenviado em: 08/10/2023

Aceito em: 15/10/2023

Everkley Magno Freire Tavares¹ 
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Fernando Augusto Semente Lima² 
Instituto Federal de Pernambuco

Esaú Castro de Albuquerque Melo³ 
Universidade Federal Rural do Semi-Árido

João Bosco Araújo da Costa⁴ 
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Resumo: Este artigo surge num oportuno debate sobre as relações entre capitalismo e democracia, o principal objetivo do artigo é responder quais as contradições impostas pelo capitalismo à democracia moderna. O percurso metodológico atravessa o campo analítico da teoria democrática, à luz das contribuições de Bobbio, Dahl, Pateman, Sartori, Schumpeter, realizando, portanto, uma revisão de literatura acerca da temática, com base nos descritores democracia, capitalismo, socialismo, liberalismo e participação política. Há uma perspectiva hegemônica e contra-hegemônica da democracia no capitalismo, travadas pelas disputas do poder social e econômico entre as classes sociais no processo histórico e intensificadas com o declínio do socialismo real. No contexto do capitalismo, a concentração de riqueza e desigualdades tende a minar os princípios democráticos de igualdade de oportunidades, representação política igualitária e participação cidadã efetiva. A desigualdade econômica mediante a crescente exploração do trabalho vivo pode levar à polarização social e à segregação dos atores sociais. A crítica à concepção hegemônica da democracia representativa liberal construída no capitalismo é urgente, e o materialismo histórico necessário para perspectivar a democracia além das contradições impostas pelo capitalismo.

Palavras-chave: Capitalismo; Democracia; Socialismo; Liberalismo; Participação Política.

Abstract: This article arises in a timely debate about the relations between capitalism and democracy, the main objective of the article is to answer the contradictions imposed by capitalism on modern democracy. The methodological course crosses the analytical field of democratic theory, in the light of the contributions of Bobbio, Dahl, Pateman, Sartori, Schumpeter, therefore carrying out a literature review on the topic, based on the descriptors democracy, capitalism, socialism, liberalism and political participation. There is a hegemonic and counter-hegemonic perspective of democracy in capitalism, designed by the disputes of social and economic power between the social classes unleashed in the historical process and intensified with the decline of real socialism. In

¹ Professor do Instituto de Políticas Públicas – IPP da UFRN e doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS da UFRN. E-mail: everkleymagno@gmail.com

² Professor do Instituto Federal de Pernambuco IFPE e doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS da UFRN. E-mail: fernando.lima@paulista.ifpe.edu.br

³ Técnico administrativo da UFRSA e doutorando em Ciências Sociais pelo PPGCS da UFRN E-mail: esau.castro@ufersa.edu.br

⁴ Professor Titular de Sociologia Política do Instituto Humanitas de Estudos Integrados – IH e do PPGCS da UFRN E-mail: joaobac58@gmail.com

the context of capitalism, the concentration of wealth and inequalities tends to undermine the democratic principles of equal opportunity, equal political representation, and effective citizen participation. Economic inequality through the increasing exploitation of living labor can lead to social polarization and segregation of social actors. The critic of the hegemonic conception of liberal representative democracy designed by capitalism is urgent and historical materialism is necessary to put democracy in perspective beyond the contradictions imposed by capitalism.

Keyword: Capitalism; Democracy; Socialism; Liberalism; Political Participation.

INTRODUÇÃO

Ao colocarmos a democracia em perspectiva, segundo Bobbio (2000), devemos historicizar as diferentes manifestações democráticas desde as sociedades antigas, ou seja, não podemos pensar os sujeitos democráticos na atualidade “sem a consideração das circunstâncias históricas e sem um juízo comparativo” (BOBBIO, 2000, p. 31). É desta forma, pois, que podemos perspectivar a democracia problematizando as diferentes regras que estabeleceram nas sociedades históricas o ideal de democracia. Além da participação ativa de indivíduos ou mesmo de um pequeno grupo na tomada de decisões que afetam a vida pública (na qual os procedimentos para tal intento, de fato, existam), é preciso que os sujeitos democráticos chamados a decidirem sejam capazes de realizar esta ação em condições de liberdade, igualdade e equidade, diante de alternativas, condição importante para que se possam escolher livremente a que for mais oportuna. Esse princípio revela o grande intrincamento entre o Estado democrático e o Estado Liberal no capitalismo: “A prova histórica desta interdependência está no fato de que Estado liberal e Estado democrático, quando caem, caem juntos” (BOBBIO, 2000, p. 33).

Nessa linha de pensamento, adverte Castells (2018), as contradições da democracia no capitalismo global são direcionadas não ao ideal da democracia, mas à democracia liberal, sobretudo diante das desconfianças nas instituições de representação política e nas relações entre governantes e governados. A crítica da perspectiva democrática liberal ao sentido proposto pelos clássicos se assenta na operacionalidade da máxima participação popular na democracia (DAHL, 2012; PATEMAN, 1992). A participação dos sujeitos democráticos será sempre uma forma de resistência às expressões de centralização do poder político, do poder econômico e do autoritarismo no campo político decisório.

Além disso, no contexto de ataques à democracia participativa, com o advento de formas populistas e do totalitarismo, há uma crescente necessidade de busca da eficácia política da participação democrática (DAHL, 2012; SANTOS, 2012; SARTORI, 1994a; 1994b). Essa tendência cria um espectro ideológico que reforça o sentido de negação à ampla participação popular e política dos diferentes atores e segmentos da sociedade civil. Uma expressão do elitismo político que notabiliza a política como uma atividade de poucos ou centralizada nas

elites enquanto um posicionamento de classe (DAHL, 2001; BOBBIO, 2000; CARRIÓN, 2014; PATEMAN, 1992; SCHUMPETER, 1984).

No campo da teoria democrática, há aqueles que bradam que a democracia moderna é a única forma de governo alinhada ao capitalismo. Na perspectiva da crítica marxista de Ellen Wood (2003) e David Harvey (2016), o capitalismo e a democracia são incompatíveis, sinalizando que a passividade dos sujeitos políticos, o formalismo democrático, o exercício por um governo do povo mediante representação, com a expropriação do cidadão por meios econômicos, são contradições reforçadas pelo capitalismo em seu desenvolvimento, revelando as crises da democracia moderna. Atravessando as premissas da teoria democrática, o artigo em tela buscará responder quais as contradições impostas pelo capitalismo à democracia, dialogando também com os apontamentos-chave de Wood (2003), na obra *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*, e de Harvey (2016), na obra *17 contradições e o fim do capitalismo*, propondo na democracia participativa uma possibilidade de contraposição à democracia representativa liberal.

O desenho da revisão da literatura partiu da questão orientadora supracitada. As referências selecionadas com base nos descritores *democracia*, *capitalismo*, *socialismo*, *liberalismo* e *participação política* possibilitaram a escolha de obras de referência sobre a temática da teoria democrática e da participação nos campos da Ciência Política e da Economia Política.

A revisão de literatura “consiste em uma síntese, a mais completa possível, referente ao trabalho e aos dados pertinentes ao tema, dentro de uma sequência lógica” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 248). Assim, para compreender o universo de conhecimentos que abrangem a temática que envolve a democracia e o capitalismo, faz-se necessário uma revisão de literatura sintética.

Nessa perspectiva, esse recorte analítico apresenta posicionamentos teóricos diversos, denotando aproximações e diferenças de perspectivas acerca da democracia nos livros selecionados. Lembramos que a escolha de livros apresenta vieses que demandam complementação de leitura em artigos publicados recentemente nos periódicos dos campos científicos selecionados, sobretudo para comparar o estado da arte das discussões sobre teoria democrática e participação, bem como a sua aplicação em estudos de casos através da pesquisa aplicada e estudos futuros.

Nos próximos quatro tópicos deste artigo, discutiremos as perspectivas da teoria democrática e da participação no capitalismo. Nas conclusões, demonstraremos como as

contradições históricas do capitalismo colocam em xeque as perspectivas contra-hegemônicas à democracia liberal representativa.

A TEORIA DEMOCRÁTICA E AS DISPUTAS DE SENTIDO SOBRE A DEMOCRACIA NO CAPITALISMO

É precisamente na obra *O futuro da democracia* em que Norberto Bobbio disserta sobre “o prosseguimento do processo de democratização do sistema internacional” (BOBBIO, 2000, p. 13). Como podemos perceber, principalmente nas partes iniciais desse texto, a perspectiva de Bobbio diante da democracia é a de que não podemos pensar nem em fim da democracia e nem que a democracia, no seu estado atual de transformações, esteja gozando de uma ótima saúde. Ao explicar os percalços, os diálogos, o ponto de vista assumido e a forma dada ao livro, uma reunião de textos sobre questões correlatas à democracia, Bobbio (2000, p. 22) define democracia como: “um conjunto de regras de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”.

Deixando bem claro os perigos de se fazer previsões do futuro, sejam de que tipo forem, o modo como o autor perspectiviza o destino da democracia é fazendo “observações sobre o estado atual dos regimes democráticos” (BOBBIO, 2000, p. 30). Dando um maior destaque a sua definição mínima de democracia, no ensaio escrito sobre o destino da democracia, vemos que tal prognóstico, por certo perigoso, deve implicar na compreensão da democracia como um contraponto a toda e qualquer forma de governo autocrático. É a partir deste princípio que Bobbio (2000), como já adiantamos, entende a democracia como regras primárias ou fundamentais que definem quem está autorizado ou não a tomar decisões coletivas e por meio de quais procedimentos. Ao longo deste e do ensaio seguinte, o autor tenta deixar claros os discursos acadêmicos e não acadêmicos em torno do tema, apontando, ao final deste ensaio, as dinâmicas que fundamentam as ideias de democracia representativa e democracia direta.

Uma análise sobre a situação atual da democracia deve levar em conta o que o Bobbio (2000) entende como uma reflexão sobre os contrastes entre ideais democráticos e a democracia real, em termos de um socialismo real. Esta dinâmica é o que transformou na história os ideais nobres em matéria bruta, a exemplo das passagens da Grécia para a Roma e do iluminismo russo para a revolução russa ou, ainda, das várias formas que o pensamento liberal e democrático de Locke, de Rousseau, de Tocqueville ou de Stuart Mill puderam suscitar. Para Bobbio (2000, p. 34), é o resultado destes sentimentos nobres que devemos problematizar,

“...em outras palavras, devemos examinar o contraste entre o que foi prometido e o que foi efetivamente realizado”.

Entre estas consequências, uma primeira foi o nascimento da sociedade pluralista, na qual a comunidade – especialmente em sentido político – é resultado da ação de vontade dos seus indivíduos. Partindo das ideias de um Estado de natureza, da economia política e dos ideais de coletividade, tem-se um deslocamento entre os ideais de uma sociedade de indivíduos soberanos e a matéria bruta, que é o surgimento de Estados democráticos nos quais os sujeitos relevantes eram sempre parte de um grupo e, portanto, são os grupos e não os indivíduos os protagonistas da vida política de uma comunidade.

Desse mote vincula-se o que Bobbio esclarece como sendo a configuração da democracia moderna, “nascida como democracia representativa em contraposição à democracia dos antigos” (BOBBIO, 2000, p. 36). Este ideal democrático reverbera entre nós, segundo o autor, como uma das muitas ambivalências modernas, pois o que entendemos como mandato livre é uma transferência da soberania do rei para a soberania eleita pelo povo, já que “jamais uma norma constitucional foi mais violada que a da proibição de mandato imperativo” (BOBBIO, 2000, p. 37). As regras postas funcionam no sentido de uma combinação falha entre o interesse geral e o interesse particular, e há sempre a concretude de a representação da coletividade vir sempre atrelada a uma representação dos interesses políticos de um grupo ou partido. Isto, segundo o autor, vem se instaurando na maior parte dos Estados Democráticos no contexto do capitalismo.

Ainda, entre “as promessas não cumpridas”, está a derrota do poder oligárquico. Isso porque a presença de elites no poder ainda é sentida em várias comunidades pelo mundo. É uma das formas de manutenção da regra para quem decide sobre os interesses da coletividade, o que na verdade contrasta com um dos mais fortes ideais políticos, que é o da eliminação do poder tradicional entre governados e governantes.

Da mesma forma, uma das características dos regimes democráticos atuais é a questão do problema do espaço limitado, colocado nos termos de uma insuficiência ou de uma impossibilidade de um regime democrático ocupar o espaço no qual se deva exercer um poder para tomar decisões por todo um grupo social. Nesse ponto surge uma outra discussão, em relação ao modo como a democracia real não pôde apagar o que o autor chama de poder invisível. Essa perspectiva de eliminar das sociedades atuais o poder invisível e de dar forma a um governo cujas ações pudessem ser conduzidas na visibilidade, desenvolvidas publicamente, é uma regra que não funciona e sobre a qual ainda temos que direcionar esforços. A obra *O*

futuro da democracia parece apontar a necessidade de os sujeitos sociais buscarem meios para que as grandes decisões que a eles dizem respeito não sejam tomadas de forma secreta, o que mostra a disparidade entre o ideal pretendido e a falta de visibilidade dos atos praticados pelo governo.

Nessa agenda, certamente os enfrentamentos colocam muitos problemas, como a educação para a cidadania, a partir da qual uma autonomia iria possibilitar um Estado Democrático a partir da dimensão crítica e reflexiva dos cidadãos diante dos regimes democráticos e de suas formas de governar. Essa é uma das várias reflexões possibilitadas pelo autor, ao apontar que, ao invés de uma tendência ao “voto consciente”, o que mais vemos é se fortalecer uma apatia política e um descaso cada vez maior em relação ao próprio sistema político.

Ainda segundo Bobbio (2000), as promessas da democracia real não foram cumpridas por causa de obstáculos que foram surgindo, entre eles o aumento do governo dos técnicos, a partir da transição da economia familiar para a economia de mercado. Com estas transformações nas regras do jogo, aumentaram os problemas políticos que requerem competências técnicas.

Outro obstáculo para a não realização dos ideais democráticos é o contínuo crescimento do aparato burocrático, somado ao baixo rendimento do sistema democrático, nos colocando diante “de um problema que nos últimos anos deu vida ao debate sobre a chamada ‘ingovernabilidade’ da democracia” (BOBBIO, 2000, p. 48). No plano da democracia real, o que podemos verificar, segundo a perspectiva do pensador político italiano, é que os Estados liberais, juntamente com o democrático, contribuíram para a emancipação civil, em termos de liberdade – liberdades de imprensa, de reunião e de associação, que são formas de o sujeito reivindicar junto ao governo vantagens, benefícios, facilidades e uma melhor distribuição dos recursos. Para Bobbio (2000), é justamente esse estado de coisas a causa do baixo rendimento do regime democrático, uma vez que a maior liberdade implicou um aumento de demandas, que resulta, dada a sobrecarga, na dificuldade em dar respostas a estas últimas.

Apesar disto, como desde o prefácio do livro o seu autor indica, não é para esperarmos uma visão catastrófica do futuro da democracia. Em todo caso, as regras do jogo estão postas, e cabe a nós jogá-las.

Para Schumpeter (1984), é no exercício do poder político que se abre a perspectiva para questionarmos a nossa experiência democrática em sua historicidade, posto que esse autor

entende a democracia como um “método político, um arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas – legislativas e administrativas” (SCHUMPETER, 1984, p. 304).

No início do livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*, com base em sua leitura de textos clássicos, Schumpeter (1984) coloca os limites do capitalismo como vetor para o deslocamento entre o socialismo e a democracia, pois, segundo o autor, não podemos pensar efetivamente em democracia enquanto houver um poder político capitalista. Em vistas de uma reflexão social, não se trata também de pensar algo como uma democracia dissociada das figuras das elites dominantes, o que acarretaria em uma análise idealizada e utópica da democracia.

É precisamente na quarta parte do livro, arranjada sob o título Socialismo e Democracia, que Schumpeter (1984) coloca a questão da experiência democrática contemporânea a partir de uma perspectiva historicista, comum a muitos autores pós-modernos.

De forma a nos fazer pensar no presente por meio da experiência do passado, encontramos nessa obra, como um dos seus pontos fundamentais, uma abordagem que o crítico da economia vem chamar de uma teoria mais realista das relações que se podem estabelecer entre socialismo e democracia. O socialismo surge como o ideal próprio de democracia, contudo, alguns socialistas inculcavam fortemente expressões como revolução e ditadura, em muitos de seus textos sagrados. Os fins justificam os meios? Bem, o que o livro nos mostra no argumento de seu autor é que grande parte da comunidade socialista na história não fazia propriamente da democracia o seu principal credo. E se o fazia era por motivos específicos, por arranjos próprios só possíveis de uma determinada forma e para uma dada comunidade.

O autor vai debatendo isso de forma muito clara, dizendo, por exemplo, que numa comunidade socialista, a primeira aporia que encontramos é justamente o fato de que esta comunidade é dirigida por um partido, o que é claramente uma minoria, não dando oportunidade e visibilidades aos outros membros. Remetendo à experiência do povo russo, Schumpeter (1984) lembra que a postura incondicional e devota dessa comunidade em relação ao Partido Bolchevista, liderado por Lenine e Stalin, ilustra na história um caso específico em que se pôde estruturar um arranjo institucional em que os significados da mais perfeita democracia do mundo puderam alcançar históricas decisões políticas, legislativas e administrativas.

O sistema russo, pois, representou na história “o reconhecimento do fato de que há formas do socialismo que não despertam a lealdade de todos os socialistas e que incluem também os tipos não-democráticos” (SCHUMPETER, 1984, p. 291). Dessa forma, o argumento do pensador austríaco vai no sentido da crítica em relação ao fato de que os grupos socialistas

que sustentaram a fé democrática só o fizeram porque determinadas condições históricas o permitiram, em que práticas antidemocráticas teriam sido fortemente combatidas.

Os casos dos partidos socialistas da Inglaterra e mesmo da Suécia denotam bem a dualidade com que podemos observar a experiência democrática em comunidades específicas, em suas crenças ou não no progresso do regime democrático. O caso alemão, já a partir de 1918, como sabemos, ilustra ainda mais a relação do contexto histórico e as condições propícias para o surgimento do partido social-democrata. No que interessa à democracia, o livro nos mostra que na história os partidos socialistas não foram mais oportunistas do que os outros: “eles simplesmente adotaram a democracia se e quando ela serve aos seus ideais e interesses, e em nenhuma outra hipótese” (SCHUMPETER, 1984, p. 294).

Esses e outros pontos abordados pelo livro nos conduzem a uma só reflexão, que não pode ser outra senão a de problematizarmos a nossa própria experiência democrática. A leitura desta obra em especial, uma consciente crítica política de nossos dias, parece apontar para a ideia de que há vários tipos de democracias, pois as comunidades por todo o mundo possuem suas especificidades, seus arranjos institucionais próprios. É esta a reflexão e perspectiva deixadas por Schumpeter (1984): precisamos pensar a experiência democrática com uma postura mais realista enquanto cientistas sociais que somos, ao colocar em causa os estudos sobre o desempenho dos arranjos políticos, legislativos e administrativos a partir dos quais se constitui a comunidade e da qual fazemos parte.

Cabe aqui destacar que a perspectiva schumpeteriana de democracia é herdeira e fiel continuadora da concepção weberiana de democracia, que entende esse sistema político como uma fórmula utilizada pelos governantes para manter o regime de dominação. A democracia moderna é a democracia representativa liberal fruto da tradição do elitismo político. A perspectiva contra-hegemônica da democracia é entendida como sinônimo de auto-organização e autogoverno popular (SANTOS, 2012; WOOD, 2003).

A queda do muro de Berlim representou o fim do regime socialista. A criação do Socialismo como regime econômico e político é uma proposta de extinção do capitalismo ao implantar uma sociedade mais justa e igualitária. Robert Kurz (1993) problematiza a derrocada dos países socialistas diante das disputas das grandes instituições da modernidade: o Estado-nação e o Mercado competitivo, além das influências sobre a vida na Terra diante da lógica do sistema de produção e troca de mercadorias do capitalismo. Também apresenta as críticas aos defensores do liberalismo.

A força de trabalho é essencial no mundo socialista e capitalista. O trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade. Kurz (1993) faz uma crítica à abstração do sentido do trabalho posto pela modernidade e na sua observação direta, em que para além da ordem de discurso há a exploração econômica da força de trabalho humano. A construção simbólica do *ethos* da valorização do trabalho como potência e diferencial competitivos no capitalismo são expressões para mascarar a alienação. Nesse sentido, como o trabalho produtivo é assimilado pelo capitalismo e o socialismo, estes reproduzem a alienação do sujeito democrático em face das determinações materiais de existência.

O trabalho é definido por Karl Marx como a atividade sobre a qual o ser humano emprega sua força para produzir os meios para o seu sustento. A relação entre trabalho e subsistência, ou sobrevivência, é íntima e direta. Foi por essa razão que Marx definiu a força de trabalho como o bem “inalienável” do ser humano.

Como bem observa Kurz (1993), a teoria do valor de Karl Marx está especificamente relacionada à transformação do trabalho vivo em trabalho morto e à representação desse trabalho morto na forma de dinheiro. Ao analisar alguns pontos-chave da teoria do trabalho vivo e trabalho morto, Kurz (1993) sintetiza que o trabalho humano é a fonte de toda riqueza e valor econômico. O trabalho vivo refere-se ao esforço humano ativo, à energia e ao tempo gasto na produção de bens e serviços. O trabalho morto corresponde à troca de mercadorias. Isto significa que o valor do trabalho é cristalizado nos produtos, independentemente da atividade humana que lhes deu origem, e que a expropriação do trabalho humano no contexto do capitalismo tende a gerar concentração de riqueza e desigualdades. Isso pode minar os princípios democráticos de igualdade de oportunidades, representação política igualitária e participação cidadã efetiva. A desigualdade econômica mediante a crescente exploração do trabalho vivo pode levar à polarização social e à segregação dos grupos mais vulneráveis.

A mudança no sentido de intensificação da produção de mercadorias no capitalismo forjou a lógica da necessidade gerando necessidades. Assim, pontua Kurz (1993, p. 28), ao buscar constituir as contradições do socialismo e do capitalismo, resgatando uma tese de Marx sobre a lógica central nos estudos do modo de produção capitalista em relação a outros: o capitalismo é um sistema de mercantilização universal e de produção de mais-valia.

Para Kurz (1993), o capitalismo mercantiliza relações, pessoas e as coisas. Também mercantiliza a força de trabalho, a energia humana que produz valor, ou seja, transforma as pessoas em mercadorias, tornando-as adjetivas de sua força de trabalho. A lógica de exploração do trabalho é recepcionada pelo Estado que passa a representar no capitalismo os interesses da

classe dominante. Vale frisar que a alienação não é do trabalho, mas sim da "força de trabalho", ou da capacidade de trabalhar.

Essa forma de percepção da realidade, pautada em uma mercantilização das relações, que confunde materialidade com as formas mistificadas de relação social imposta pela mediação social do fetichismo pode ser pensada para além do contexto econômico. O trabalho alienado aliena o produto do homem e o valor do seu trabalho.

A exploração do trabalho humano no capitalismo inibe a formação *omnilateral dos sujeitos*, impedindo-os de desenvolverem as suas potencialidades e liberdades, sua constituição como sujeitos democráticos em sua ação política quer individual ou coletivamente. De forma mais direta e parafraseando Kurz (1993), o poder econômico produz uma descentralização das capacidades humanas em termos do coletivo, intensificando o individualismo e impactando nas relações de poder entre Estado, Mercado e Sociedade.

As principais diferenças entre o Socialismo e o Capitalismo, numa perspectiva sistêmica, são constatadas, por exemplo, no socialismo, na propriedade estatal dos meios de produção e no sistema econômico que busca a igualdade dos meios e dos bens de produção para a sociedade, sem distinção de classes, haja vista que todos são donos dos meios de produção. Já no Capitalismo, na propriedade privada dos meios de produção, no objetivo central da atividade econômica – o lucro – e na concentração da riqueza e do poder político.

É certo que encontramos em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* uma crítica mais articulada, de fato, mais consonante com a realidade em que vivemos. Leitura indispensável como um convite para refletirmos e problematizarmos sobre o que estamos fazendo em relação às lutas pela democracia e, desta forma, pensar no modo como estamos nos constituindo enquanto sujeitos democráticos.

CAPITALISMO E DEMOCRACIA EM ELLEN WOOD E DAVID HARVEY

A historiadora marxista Ellen Wood constrói a sua crítica à democracia liberal, na qual o capitalismo e a democracia são incompatíveis, e de que modo o capitalismo se desenvolve possibilitando o surgimento de uma democracia moderna contra-hegemônica. Para Wood (2003), a democracia representativa liberal não favorece o diálogo e a representação entre governantes e governados, pois há uma crescente concentração do poder político e econômico colocando em detrimento a participação ativa e a cidadania, fragilizando a democracia substantiva.

Vale destacar como uma das principais contribuições da obra *Origem do Capitalismo* a crítica aos pós-marxistas que fragmentam a luta política dissociando-a da luta de classes. Apresentando uma reinterpretação das relações entre classe, ideologia e política, essa obra avalia as interações entre Socialismo e Democracia, para perspectivizar a democracia socialista e a democracia liberal.

Nesse sentido, Wood (2003) argumenta sobre a importância da esfera política para superar o modo de produção capitalista, partindo do materialismo histórico como ferramenta analítica adequada para confrontar o capitalismo, bem como a ideologia burguesa. Para ela, é urgente entender as contradições do capitalismo, evitando os determinismos do economicismo que inibem a constituição do sujeito democrático, a efetivação dos direitos de cidadania e a abertura democrática para o processo político entre os atores estatais e da sociedade civil, sobretudo diante das influências do capital financeiro internacional e da abertura para o neoliberalismo (WOOD, 2014, p. 10).

É interessante observar, à luz do materialismo histórico e dialético, que as contradições impostas pelo capitalismo à democracia moderna revelam que, mesmo diante da totalidade de direitos conquistados pela classe trabalhadora, o imperialismo coloca o Estado Democrático de Direito em xeque, na medida em que não garante o mínimo existencial aos cidadãos e à constituição dos sujeitos democráticos nas lutas pelos direitos de cidadania e pela justiça social (WOOD, 2014).

De fato, como bem acentua o geógrafo e marxista britânico David Harvey (2016, p. 2): “cabe entender as contradições fundamentais do capital porque ele cria abstrações reais: busca reduzir a diversidade da natureza e do humano a meros momentos de sua reprodução, a ponto de ameaçar a vida no globo”.

Nas palavras de Harvey (2016), o capital e o capitalismo representam historicamente para a humanidade uma máquina de alienação com a exploração da natureza e do humano. Daí o aumento das contradições e das desigualdades sociais, revelando, por exemplo, a pressão autoritária de governos para reprimir as reivindicações dos movimentos populares.

Partindo desses pontos, Wood (2003) e Harvey (2016) sinalizam que as contradições impostas pelo capitalismo à democracia moderna são a passividade, a universalidade do formalismo no sistema de representação do governo, a reprodução social das desigualdades diante da lógica do capital e sua reprodução, inibindo a cultura cívica e a cidadania substantiva, na medida em que a cultura do individualismo, da possessividade e desumanização universal reforçam os limites aos sujeitos democráticos. Harvey (2016) é bem pontual ao apresentar as

contradições fundamentais, mutáveis e perigosas do capitalismo, alertando que toda contraposição ao capitalismo e ao capital demanda conhecê-las.

As contradições fundamentais são indispensáveis ao processo de reprodução do capital, porque sem elas o capitalismo não funciona, a saber: 1. O valor de uso e o valor de troca; 2. O valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro; 3. Propriedade privada e Estado capitalista; 4. Apropriação privada e riqueza comum; 5. Capital e trabalho; 6. Capital como processo ou como coisa; e 7. A unidade contraditória entre produção e a realização.

O capitalismo favorece a propriedade privada e o lucro, exigindo por sua vez o reforço do Estado através do sistema jurídico para favorecer a lógica de expropriação, bem como da concentração privada da riqueza. Numa sociedade capitalista, as transações de mercadorias circulam tendo um valor de uso e um valor de troca (HARVEY, 2016).

O valor de uso e de troca influenciam escolhas econômicas tanto dos indivíduos quanto das instituições, influenciando, por exemplo, o Estado na definição de suas políticas e suas agendas.

O valor de troca exige uma medida de quanto vale uma mercadoria em relação a outras, essa medida é o dinheiro. Harvey (2016, p. 35) nos leva a problematizar o valor e a necessidade do dinheiro. Do ponto de vista técnico, o dinheiro é um instrumento, meio de circulação. A questão do valor de uso e valor de troca do dinheiro permite visualizar a apropriação do poder social pelo econômico. Nesse prisma, Harvey (2016, p. 42) problematiza a relação entre o dinheiro e o poder no contexto do capitalismo, especificamente a apropriação do poder social pelo capital.

De acordo com Harvey (2016), o dinheiro permite que o poder social seja apropriado e usado por pessoas privadas. No capitalismo, o dinheiro desempenha um papel central na influência do acesso aos recursos e na influência sobre as decisões políticas e econômicas. Isso pode resultar em uma concentração desproporcional de poder nas mãos de indivíduos ou grupos que possuem capitais econômicos, criando, assim, uma desigualdade significativa no exercício do poder político.

A propriedade privada exige, portanto, o poder do Estado por meio do sistema jurídico para impor determinações legais a fim de legitimar o capital. Sobre o papel do Estado capitalista, escreve Harvey (2016, p. 50):

O Estado capitalista deve usar o monopólio adquirido sobre os meios de violência para proteger e preservar o regime de direitos de propriedade privada individualizada como um regime que se articula através do funcionamento livre do mercado. O poder

centralizado do Estado é usado para proteger um sistema de propriedade privada descentralizado

Essa distinção sugere deficiências fundamentais entre o capital e o trabalho no sistema capitalista. Essa desigualdade é central no sistema capitalista, onde os capitalistas detêm os meios de produção e extraem o lucro do trabalho dos trabalhadores assalariados. Essa relação de exploração e desigualdade cria uma luta latente entre as classes.

Um dos possíveis efeitos na constituição histórica do sujeito democrático é a reprodução das condições de dominação de classe diante da alienação da sua capacidade de participação na vida em sociedade, por vezes expressa no baixo interesse e adesão aos processos políticos, em virtude do individualismo da lógica tradicional do mercado.

As consequências dessa lógica têm influenciado as decisões de Estados e governo, repercutindo diretamente sobre as responsabilidades de garantir os direitos fundamentais para o exercício da cidadania e da participação. Sobre esse ponto, escreve Harvey (2016, p. 33):

Na década de 1970, começou a surgir (ou a se impor) um “consenso neoliberal” de que o Estado deveria eximir-se da obrigação de provisão pública em áreas tão diversas como habitação, saúde, educação, transporte e abastecimento (água, energia e até mesmo infraestrutura). O objetivo era abrir essas áreas à acumulação de capital privado e à primazia do valor de troca.

A escolha política é entre um sistema mercantilizado, que serve muito bem aos ricos, e um sistema voltado para a produção e a provisão democrática de valores de uso para todos, sem qualquer mediação do mercado. Diante disso, a única perspectiva política sensata é transcender ao capital, as estruturas autocráticas e oligárquicas do poder de classe capitalista.

Para Wood (2003), a democracia moderna surge com a separação entre a esfera econômica e a esfera política no capitalismo. A democracia contra-hegemônica, sob a perspectiva do materialismo histórico pós-maxista, passa a ser entendida como o desafio da reversão do governo de classe, em que o *demos* desafia a dominação dos ricos.

Wood (2003, p.8) adverte que o capitalismo com justiça social é mais utópico do que o socialismo:

[...] o capitalismo representa o governo de classe pelo capital, mas também no sentido de que o capitalismo limita o poder do “povo” entendido no estrito significado político. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida.

O capitalismo cada vez mais esvazia a esfera pública e impossibilita a constituição da efetividade da cidadania substantiva, ou seja, uma cidadania competente ao constituir sujeitos protagonistas nas lutas de classe e na ação política. A realidade social capitalista é contraditória à democracia. Sobre esse ponto, escreve Wood (2003, p. 8):

Isto quer dizer que o capitalismo coloca necessariamente mais e mais esferas da vida fora do alcance da responsabilidade democrática. Toda prática humana que é transformada em mercadoria deixa de ser acessível ao poder democrático. Isto significa que a democracia deve seguir *pari passu* com a destransformação em mercadoria. Mas tal destransformação significa o fim do capitalismo.

Observa-se do exposto que os proprietários capitalistas expropriam tanto o poder social quanto político e, dessa forma, a democracia moderna precisa ser alinhada ao capitalismo.

As relações e disputas de poder entre as classes é o ponto central para a definição do jogo democrático ao longo da história da democracia desde os ideais da democracia ateniense à democracia defendida pelos Federalistas Norte-Americanos. Sobre as contradições impostas pelo capitalismo à democracia no seu processo histórico e na luta de classes, Wood (2003, p. 182-3) argumenta:

Foi como um agregado desses indivíduos isolados, sem propriedade e roubados das solidariedades comunitárias, que a “multidão trabalhadora” finalmente entrou para a comunidade de cidadãos. Evidentemente, a dissolução de identidades normativas tradicionais e de desigualdades jurídicas representou um avanço para esses indivíduos agora “livres e iguais”; e a aquisição da cidadania conferiu a eles novos poderes, direitos e privilégios. Mas não se pode medir seus ganhos e suas perdas sem lembrar que o pressuposto histórico de sua cidadania foi a desvalorização da esfera política, a nova relação entre “econômico” e “político” que reduziu a importância da cidadania e transferiu alguns de seus poderes exclusivos para o domínio totalmente econômico da propriedade privada e do mercado, em que a vantagem puramente econômica toma o lugar do privilégio e do monopólio jurídico.

Ao problematizar as contradições entre a democracia ateniense e a democracia moderna, Wood (2003) sustenta que a desvalorização da cidadania decorrente das relações sociais capitalistas é um atributo essencial da democracia moderna. Vale acrescentar que, embora Wood (2003) não enfatize o individualismo crescente da lógica do capital que leva a cultura de declínio do público em face da expropriação do privado, há um crescente esvaziamento da esfera pública pelos atores sociais, levando ao desinteresse da vontade participativa dos cidadãos nas questões que interferem na coletividade e no bem público.

Por outro lado, Wood (2003, p. 198) ressalta: “O liberalismo entrou no discurso político moderno não apenas como um conjunto de ideias e instituições criadas para limitar o poder do Estado, mas também como um substituto da democracia”.

A democracia moderna é definida como uma democracia liberal representativa, por sua vez alinhada ao capitalismo. Diferentes experiências têm demonstrado o lugar meramente formal do povo na titularidade e no exercício do poder político. Noutras palavras, há uma distância entre o real e a previsão legal em termos do respeito à soberania popular no Estado Democrático de Direito. Sem dúvidas há ganhos constitucionais, porém uma cidadania substantiva que efetiva a participação política dos atores vai além do extenso repertório das leis e normas do nosso ordenamento jurídico, constituidoras da cidadania formal. A cidadania substantiva, como bem alerta Wood (2003), reafirma a condição de sujeitos históricos dos atores sociais e o seu protagonismo democrático na ação política em sociedade.

DEMOCRACIA, CAPITALISMO E CRÍTICA: REFLEXÕES SOBRE HEGEMONIA E QUALIDADE DA DEMOCRACIA

Neste ponto refletiremos acerca das abordagens qualificadoras da democracia, ao passo que estas são associadas ao contexto hegemônico do capitalismo. Importa-nos atentar para experiências democráticas para além de uma geografia hegemônica, aproximando-nos das reflexões decoloniais, ensejando uma crítica a um formalismo quanto à avaliação da qualidade da democracia que guardaria em seu íterim o apelo a uma estrutura de concepção ocidental: a democracia liberal.

A democracia, como discutido anteriormente, pode consistir em um arcabouço institucional através do qual são endereçados formalmente anseios políticos. Contudo, esse endereçamento, empiricamente, não se faz de forma equânime, uma vez que a variável poder, cara à Ciência Política, se faz sentir, sob os auspícios de Maquiavel, privilegiando algumas pautas em detrimento de outras. A crítica marxista à estrutura do Estado como escritório da burguesia guarda relações com o direcionamento da estrutura democrática em favor de interesses dos grupos de pressão notadamente imbuídos de maior poder frente à maioria dos cidadãos, em que pese esforços no interior das democracias no sentido de garantir direitos a seus cidadãos, ora conflitantes aos desejos de grupos de pressão empoderados política e economicamente.

As abordagens avaliativas da democracia enfrentaram desafios a partir das ondas democráticas, sobretudo após a derrocada do regime soviético. Na altura, em oposição ao

socialismo real, procurou-se instituir regimes democrático liberais que abraçassem o capitalismo enquanto modelagem econômica. A simples instituição do mecanismo de sufrágio universal, com eleições periódicas e garantias individuais quanto à postulação a cargos representativos, passariam para a literatura como condições necessárias, mas não suficientes, para consistirem em democracias de boa qualidade. Desta forma, indo ao encontro da perspectiva de Dahl (2015), ao discorrer sobre poliarquias, em vez de democracias, assumindo sua heterogeneidade, as posições de Mair (2008) dão conta desse ambiente multifacetado originado dos alargamentos democráticos – com as quais concordam Collier e Levitsky (1997).

Nas palavras de Lima (2012, p. 90), nas quais o autor chama atenção para as inovações conceituais que deem conta de um novo ambiente marcado pela emergência de várias democracias, ambiente o qual fez surgir as chamadas “democracias com adjetivos”, haja vista possuírem atributos classicamente endereçados às democracias, como as eleições, ao mesmo tempo que padeceriam de patologias institucionais fundadas em uma cultura não democrática, como patrimonialismo, clientelismo (LIMA, 2012).

Ao considerar uma tipologia democrática ou mesmo um conceito alargado, convém identificar que esses nascem em uma determinada geografia, assim como o aparato em questão que é objeto dessa análise, a própria democracia. Neste sentido, o discurso, de caráter hegemônico, pode ser problematizado ao repelir elementos estranhos a uma cultura representativa, participativa de caráter ocidental, o que culmina em um ranqueamento – a partir desse prisma – das democracias modernas, no qual figuram no topo as nações industrialmente avançadas do ocidente. Essa postulação vai ao encontro das posições de Mignolo (2008), autor decolonial, ao provocar uma reflexão acerca das democracias e o seu *lócus* de origem e os aspectos que as qualificam como tal, que, ao alargarem-se para outras geografias, terminaria por desconsiderar arranjos comunitários sedimentados em culturas não ocidentais, os quais concorriam com princípios democráticos ideais, a exemplo do *ayllu* nos Andes e a filosofia *ubuntu* no continente africano.

Contudo, o esforço teórico no sentido de estabelecer uma avaliação democrática não deve ser desprezado: a exemplo da estratégia de precisar a definição de democracia. Para isto, recorre-se a atributos de diferenciação, que evitem que países que possuam militares envolvidos na administração, ou falta de direitos civis; desigualdade social; abuso de autoridade sejam tomados como democráticos (LIMA, 2012).

Como aponta Levitsky (1997), em um de seus mais recentes livros, *Como as Democracias Morrem*, os Estados Unidos só podem ser considerados de fato uma democracia

após os movimentos civis da década de 60 do século XX. Ademais, há risco quanto a essa estratégia de precisão conceitual no que diz respeito à desconsideração da heterogeneidade dos regimes democráticos. Tal desconsideração impacta precisamente em arranjos comunitários tradicionais pautados na perspectiva dos envolvidos em questões públicas. Deste modo, corre-se o risco de, ao precisar um conceito oriundo de uma geografia dominante, invisibilizar elementos tradicionais que eventualmente podem se somar às estruturas democráticas liberais aperfeiçoando-as.

Ainda, as democracias liberais avançadas não estão livres dessas questões. Embora elas, em países industriais avançados, experimentem classificações positivas à luz de index como o Polity IV, não devem ser desprezadas características que noutros contextos não hegemônicos assumiriam um caráter negativo: a exemplo da câmara dos Lordes no Reino Unido, em que pese a discussão acerca do poder deliberativo desta, trata-se de um instituto fundado na tradição que congrega membros aristocráticos, em oposição à câmara dos comuns. Ademais, as discussões sobre responsividade (POWELL, 2005) são sensíveis, a exemplo das movimentações populares de 2023 na França contra as reformas no regime previdenciário daquele país (GREENAL, 2023), anseios que não se traduziram em benesses às categorias profissionais francesas.

Por fim, avaliar a qualidade da democracia demanda a compreensão da complexidade dos regimes democráticos, seus contextos históricos, os aspectos socioeconômicos e culturais, a partir da máxima de Dahl (2015), tomando essas experiências como caminhos em construção.

DESAFIOS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NO BRASIL

A Constituição Federal de 1988 instituiu a possibilidade de participação direta da população e dos segmentos organizados da sociedade civil nas decisões dos governos e do Estado, estabelecendo novos padrões de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil na gestão pública brasileira (SANTOS, 2012).

Na razão constitucional, diferentes previsões normativas asseguram formas de participação com respeito à soberania da vontade e as proposições de iniciativa popular, a saber: “Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante: I - plebiscito; II - referendo; III - iniciativa popular” (BRASIL, 2004, p. 24).

A discussão da democracia participativa carece de investigações que aprofundem o olhar sobre a dimensão política das ações dos atores relevantes e suas organizações envolvidas

no processo de gestão pública de forma democrática e pluralista. Os temas da descentralização e da participação política constituem-se em princípios fundamentais para a democracia participativa no Brasil (AVRITZER, 2016).

A abertura para novos atores sociais em Instituições Participativas, tais como os orçamentos participativos e conselhos gestores, tem mostrado ser esta uma condição fundamental para que as demandas da população ganhem visibilidade. A partir dessa prática, a gestão pública no Brasil abre espaço para a participação popular em todos os níveis de governo, buscando democratizar a vida social e ressignificar a ação política. Sobre a dinâmica democrática no Brasil pós-80, escreve Avritzer (2016, p. 13): “A democracia brasileira é identificada no mundo inteiro pela marcante presença de movimentos e de atores sociais, que gerou uma forma *sui generis* de participação institucionalizada”.

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 fundamentou nossa perspectiva democrática semidireta com os princípios da participação e descentralização políticas, por exemplo no Art. 198 – “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado... I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo; III - participação da comunidade” (BRASIL, 2004, p. 117). Também, nos Artigos 204 e 206, respectivamente: “II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis e IV – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (BRASIL, 2004, p. 121).

A década de 90 no Brasil foi marcada pela institucionalização de arranjos políticos participativos, entre eles as conferências setoriais de políticas públicas de educação, saúde e habitação em nível municipal, estadual e federal, orçamentos participativos, conselhos gestores e ouvidorias públicas. No transcurso histórico dessa experiência democrática há diferentes desafios culturais, políticos e institucionais no Brasil.

Como já vimos, a influência do capital e da perspectiva neoliberal provoca questões estruturais na dinâmica econômica e política. Os anos 2000 revelam a mudança significativa das experiências democráticas participativas no Brasil, sendo que as novas questões em pauta são: os territórios de cidadania como espaço de poder, a efetivação dos direitos de cidadania, a efetividade de políticas públicas nos governos locais de perfil democráticos abertos à participação ativa dos cidadãos, institucionalização de instrumentos de controle social, como os conselhos gestores.

Ao mesmo tempo, assistimos em muitos municípios brasileiros os desafios e impasses na afirmação da democracia participativa local que conte com uma sensibilidade e vontade participativa dos cidadãos para as ações políticas. Uma ação conjunta que conjugue forças e competências da sociedade e do governo, no intuito de uma gestão dos problemas públicos no espaço de vida local, permitindo uma esfera dialógica e comunicativa entre os movimentos sociais e atores relevantes na vida política e social.

Esse processo de democratização encontra diferentes desafios pela frente diante da lógica de desenraizamento humano provocada pelo capital e o capitalismo, e, dessa forma, os desequilíbrios herdados concorrem para uma cultura de invenção do novo. Queremos dizer que existe uma simbiose do moderno e do tradicional na cultura política brasileira. Isto acaba por reforçar uma cultura de não participação, de práticas tradicionais a favor do monopólio de informações pelos técnicos e dirigentes administrativos, uma certa prefeiturização em nível local do processo político decisório, denotado por baixa transparência e publicização das ações governamentais.

A reflexão sobre os desafios da democracia participativa na experiência brasileira nos leva a questões sistêmicas da participação e da cidadania substantivas, por exemplo: em que medida se dá a participação dos atores sociais no controle social e qual o grau de representatividade dos atores envolvidos? Afinal, existem ações que demonstram a concentração e a centralização do poder político e econômico ao demonstrarem a preocupação em atender os interesses do mercado ou da população?

É nesse cenário que encontramos os desafios de revalorização da democracia participativa no Brasil, pois muitos arranjos participativos foram cooptados, tornando-se extensões do domínio político e econômico das classes dominantes, extensões do domínio dos ricos sobrepondo o *demos*, visto que controlam a condição de sujeitos democráticos dos atores envolvidos. Uma armadilha representativa que ao invés de concorrer para sedimentar uma nova cultura política e cívica, uma nova racionalidade política e institucional, acaba por podar a participação ativa dos diferentes atores sociais.

Desse modo, na atualidade, a experiência da democracia participativa no Brasil passa a ser sentida pelo cidadão como uma ordem de discurso sem aplicação, mascarando as velhas práticas de autoritarismo e domínio oligárquico. As lutas da sociedade por direitos de cidadania nos conduzirão ao resgate da condição de sujeitos históricos protagonistas da transformação social e não meros fantoches da representação liberal democrática em curso no capitalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de discutir alguns pontos das contradições do capitalismo na experiência democrática, especialmente a democracia participativa no Brasil, este estudo atingiu seus objetivos, identificando as concepções hegemônica e contra-hegemônica da democracia e as relações desta com o capitalismo.

O artigo objetivou empreender um debate acerca da relação entre capitalismo e democracia, problematizando as contradições impostas pelo primeiro e que impactam as democracias liberais modernas. Para tanto, neste íterim, discorremos sobre as contribuições teóricas acerca de democracia e capitalismo que resultam na compreensão de que a democracia liberal desemboca em uma crise de representatividade face ao formalismo representativo experimentado pelas experiências democrático-liberais modernas.

É possível perceber essa trajetória quando empreendemos a reflexão sobre a hegemonia e qualidade da democracia quando imbricada ao capitalismo. De forma crítica: as contribuições teóricas que estabelecem um nível de qualidade democrática consistem em marcadores culturais advindos de órgãos hegemônicos ocidentais, que costumam considerar apenas parcialmente os fenômenos democráticos heterogêneos.

A experiência brasileira, contemplada no artigo – sobretudo nos anos 90 – expressa sua condição democrática-liberal ao associar-se ao capitalismo, mesmo constitucionalmente, ao garantir como elementos pétreos a propriedade privada e o lugar do indivíduo na sociedade. Entretanto, os anos 2000, como se viu, marcou o recrudescimento do *demos*, da lógica de uma ação política que, em seu seio, reconhece a dissonância entre a democracia e o capitalismo, procurando portanto absorver demandas cidadãs que orientem o Estado em uma democracia liberal, em que pese o compromisso desse – majoritariamente – com a reprodução do capital e as classes responsáveis pelo seu ordenamento e direção.

A participação dos sujeitos democráticos será sempre uma forma de resistência às expressões de centralização do poder político, do poder econômico e do autoritarismo no campo político decisório. Para Wood (2003), a democracia representativa liberal não favorece o diálogo e a representação entre governantes e governados, há uma crescente concentração do poder político e econômico colocando em detrimento a participação ativa e a cidadania, fragilizando a democracia substantiva.

Fica claro o fato de que a participação política e a cidadania substantiva são condições fundamentais para uma proposta democrática contra-hegemônica à democracia representativa liberal do capitalismo. Partilhar as responsabilidades públicas significa criar uma outra

perspectiva para o engajamento do cidadão numa eficácia mais humana da ação política em prol da justiça social com equidade diante das contradições impostas pelo capitalismo. As críticas direcionadas à concentração de poder político e econômico no sistema capitalista nos mostram que a desigualdade econômica e social, que é inerente ao capitalismo, desvaloriza a efetivação da cidadania e, conseqüentemente, prejudica o exercício da democracia de boa parte da população. Ampliar a participação social é o caminho para efetivação de uma democracia contra-hegemônica.

Por isso, a luta por políticas públicas sociais é necessária para a efetivação da cidadania e, conseqüentemente, para o exercício de uma democracia participativa que contemple uma maior parte da população, com especial atenção para as situações de vulnerabilidade social. Tudo isso parte de uma crítica à concepção hegemônica da democracia liberal, no âmbito do sistema capitalista.

Essas reflexões nos permitem endereçar agendas de pesquisa futuras, que discutam o imbricamento entre a democracia e o capitalismo e os desafios impostos por este à efetivação de direitos sociais, bem como à participação cidadã nas decisões da gestão pública. Neste sentido, pesquisas que abordem a influência do capitalismo nos desenhos institucionais participativos; garantia de direitos constitucionais estabelecidos em contraposição a anseios dos mercados, a exemplo das tensões envolvendo planos de saúde e saúde universal garantida e ofertada pelo Estado, bem como o conflito redistributivo e os sistemas de pensão, constituem-se em agendas de pesquisa instigantes – elementos estes permeados pelas questões de participação política efetiva dos cidadãos, onde tem lugar de destaque a reflexão sobre a representatividade destes nas democracias liberais modernas.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Brasília: Governo Federal, 2004.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARRIÓN, L. S. **Democracia o posdemocracia?** Problemas de la representación política em las democracias contemporâneas. México: Edición Fontamara, 2014.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

COLLIER, D S; LEVITSKY, S. Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research. *World Politics*. The Johns Hopkins University Press, v. 49, n. 3, p. 430-51, 1997.

DAHL, R. A. **Sobre a democracia**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

DAHL, R. A. **A democracia e seus críticos**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

DAHL, R. A. **Poliarquia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GREENAL, R. Por que 1º de maio foi marcado por violência nas ruas na França. **BBC News Brasil**. 1 Maio 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv27q4jjdp9o>. Acesso em: 4 Maio 2023.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

KURZ, R. **O colapso da modernidade: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, F. A. S. Sobre a Qualidade da Democracia: uma revisão de literatura. **Itacoatiara**, v. 3, p. 88-112, 2012.

MAIR, P. Democracies. In: CARAMANI, D. **Comparative Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 108-132.

MIGNOLO, W. D. Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2008.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POWELL, G. B. The chain of responsiveness. In: DIAMOND, L.; MORLINO, L. **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2005.

SANTOS, B. de S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994a.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada: as questões clássicas**. São Paulo: Ática, 1994b.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1984.

WOOD, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.